



# Anais da Assembléia

N.º 150

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 1976.

ANO II

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 231.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 1976.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Lúcio Machado, secretariada pelos Senhores Deputados Muggiati Filho, e Maurício Fruet.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Gabriel Manoel. (53)

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA:

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Machado) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Lúcio Machado) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 53 Senhores Deputados:

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 239/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 374/76, Mensagem número 109/76, do Poder Executivo, que aprova o Termo Aditivo entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, e o município de NOVA LONDRINA, objetivando construção de prédio para a DELEGACIA DE POLÍCIA E CADEIA PÚBLICA no referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução n.º 239/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 12 de julho de 1976, ao Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, com o município de NOVA LONDRINA,

objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N.º 374/76

PARECER

Acompanhado da Mensagem Governamental número 109/76, de 02 de setembro de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo Aditivo datado de 12 de julho de 1976, ao Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, com o município de NOVA LONDRINA, objetivando a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela APROVAÇÃO, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, convocando outra para amanhã, dia 24, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 239/76.

Levanta-se a sessão.

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 232.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 1976.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Maurício Fruet.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wan-

derer, Wilson Fortes e Gabriel Manoel (53).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita de V. Exa., após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO ROSA PINTO, nesta Capital.

Solicita que da decisão da Casa se dê ciência à família enlutada à rua Pe. Germano Mayer, 1949, Capital.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

#### JUSTIFICATIVA:

O Sr. João Rosa Pinto, tronco de tradicional família paranaense, era pai de dona Alda Pinto Seleme, esposa do ex-Deputado Federal Dr. Zacharias Emiliano Seleme, atualmente Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas. Sua vida foi toda dedicada ao trabalho e à comunidade, formando uma família com orientação pautada dentro dos princípios cristãos, cujos membros hoje honram o seu nome. Justo que nos associemos às manifestações de pesar consternado que sua morte causou.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata, votos de profundo pesar pelo prematuro falecimento do Presidente do Movimento Democrático Brasileiro, do município de Itambé, comarca de Marialva, do Sr. LINDOLFO JOSÉ DA SILVA, ocorrido ontem naquela cidade.

Outrossim, requer seja dado conhecimento deste à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1976.

(a) ANTÔNIO FACCI

#### JUSTIFICATIVA:

O Sr. Lindolfo José da Silva, é filho de tradicional família de Itambé, tendo sido funcionário municipal por longo período, genro do atual Prefeito daquela comuna, foi Presidente-fundador do MDB de Itambé, conduzindo esta agremiação política-partidária com moderação e firmeza.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, ouvido o Plenário, requer seja dirigido apelo aos recém-eleitos Srs. Prefeitos Municipais de Paranaguá, Guaratuba, Antonina, Matinhos, Morretes e Guaraqueçaba, no sentido de que, através de um seminário, estudem a possibilidade de maior preservação natural e arquitetônica da Baixada Paranaense.

Como preservar o litoral do Paraná de uma devastação que parece ser iminente? Esta seria a razão principal de um Seminário, que ora proponho às Prefeituras da Baixada, que reuniria técnicos de órgãos estaduais e federais como os líderes da região. A partir daí, cada município, nas pessoas de seu futuro prefeito e vereadores, juntamente com os líderes locais, reunir-se-iam com técnicos para objetivar a solução desse problema para seu próprio município, mormente nos de Paranaguá, Matinhos e Guaratuba. Assim, exemplificativamente, ao Sr. Prefeito Municipal é faculta-

do mandar um projeto de lei à Câmara de Vereadores, disciplinando o uso do solo e conseqüentemente registrando maiores dilapidações num patrimônio já bastante espoliado.

Caberia, destarte, aos técnicos e às lideranças dos municípios debater os principais problemas locais, chegando às diretrizes gerais para a elaboração da lei do uso do solo na Baixada, não excetuando os municípios de Morretes, Antonina e Guaraqueçaba, menos poluídos, por enquanto, mas igualmente dilapidados.

O município de Paranaguá é o que apresenta maior complexidade de problemas, pois ao lado de sua vocação turística tem também para o Estado, um decisivo papel econômico.

Dessa forma, a atividade turística deve se compatibilizar com a portuária, já que aí se situa o terceiro maior porto do País. O fato de o porto não se ter concretizado ainda como uma realidade digna de sua capacidade e até vantagem para o município, porque este não tem maior suporte de infra-estrutura para comportar um porto maior em plena atividade.

A falta de infra-estrutura sanitária é um dos pontos nevrálgicos também no que diz respeito ao turismo da região. Nos últimos feriados de 15 de novembro o Litoral recebeu milhares de turistas, sem que houvesse suporte para isso. Nas praias a falta de lugar apropriado para camping, faz com que essa atividade, exercida de forma indiscriminada, provoque maior poluição da área.

Se a Prefeitura de Matinhos, por exemplo, tivesse dinheiro para desapropriar uma área de uns 50 mil metros quadrados e assessoria na construção de um camping — que já poderia estar sendo usado em janeiro do ano que vem, tal medida daria inclusive lucro aos cofres municipais, mas com um orçamento exíguo, tal aquisição está fora de suas possibilidades.

Um planejamento do uso do solo, além da conservação da natureza e de todo patrimônio natural e arquitetônico dos municípios da Baixada, valorizará a região, mesmo em termos imobiliários. Mais importante ainda que o turista que poderá usufruir é a fonte de riqueza da região.

Destacaria pontos a serem abrangidos por diretrizes gerais: a primeira, no que diz respeito à preservação dos recursos naturais, considerando as características geológicas do solo dos municípios, que, se em declividade pronunciada, sofre deslizamentos em decorrência de desmatamentos e intervenções na sua conformação natural e na sua beleza em termos turísticos.

Outro aspecto a ser analisado é o da limitação de mananciais, fazendo-se necessárias normas para a sua manutenção. Em relação às praias, uma vez que são elementos de lazer para a população local e para o turista, a sua limpeza e o seu acesso deve ser assegurado a todos. Assim também deve ser garantida a preservação dos terrenos situados em faixas vizinhas às praias, costões e terrenos de Marinha.

Em relação a futuras obras na orla, deve-se prover mecanismos e estudar alternativas que não comprometam ou coloquem em risco a ecologia.

Um dos prismas bastante discutidos é o relacionado à preservação das áreas históricas da baixada paranaense. Necessário se faz se descubra um meio de conservá-las, pois seus proprietários não têm condições econômicas para isso e com a ação do tempo elas estão se tornando escombros inaproveitáveis.

Há que se definir essas áreas — como os centros das cidades, incentivando sua conservação, restauração e preservação dos prédios; compatibilizar o uso dos prédios, de forma a evitar a desfiguração das áreas históricas e estabelecer para as novas construções e reformas tipos de uso de ocupação na área central, de forma a preservar o contorno histórico e garantir a racional utilização dos serviços disponíveis.

É preciso também demarcar áreas para o desenvolvimento da atividade turística, reservando-se espaços.

Urge garantir espaços construíveis para habitação popular, com características compatíveis com o modo de vida e capacidade

econômicas. Segundo essas diretrizes poder-se-ão acertar providências administrativas legais que deverão ser tomadas de imediato. Assim, promoção de concursos objetivando a apresentação de trabalhos artísticos que garantam subsídios à restauração de prédios de construção antiga, bem como para novas edificações nas áreas históricas.

Maior fiscalização na expedição de alvarás pelas prefeituras e a observação nos Códigos de Obras de proibições de construção nas faixas de Marinha parecem medidas dignas de atenção.

Requeiro, uma vez aprovado, seja o presente transcrito nos Anais da Casa, bem como sejam enviadas cópias de inteiro teor deste aos recém-eleitos Srs. Prefeitos dos Municípios de Paranaguá, Guaratuba, Antonina, Matinhos, Morretes e Guaraqueçaba.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1976.

(a) PAULO CAMARGO

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI N.º 137/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO DE TRIAGEM E OBRAS SOCIAIS DO VALE DO IVAÍ — CENTOS, com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1976.

(a) GILBERTO CARVALHO

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública vem por longos anos prestando inestimáveis e relevantes serviços no campo social junto à comunidades de Jandaia do Sul.

A documentação que anexamos ao presente, bem comprovam o preenchimento dos requisitos legais exigidos pela legislação federal e estadual, reguladora do instituto de declaração de utilidade pública.

Nestas condições é que submetemos à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, o presente plano de Lei que temos a certeza merecerá o apoio e aprovação.

##### PROJETO DE LEI N.º 128/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE JANDAIA DO SUL, com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1976.

(a) GILBERTO CARVALHO

#### JUSTIFICATIVA:

O Serviço de Obras Sociais de Jandaia do Sul é uma entidade que vem prestando seus inestimáveis e relevantes serviços no âmbito social, junto à Comunidade de Jandaia do Sul.

A cópia dos seus Estatutos, bem como a documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos legais exigidos pela Legislação Federal e Estadual reguladora da matéria.

Assim é que apresentamos o presente Projeto de Lei, que esperamos contar com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

##### PROJETO DE LEI N.º 139/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MA-

RECHAL CÂNDIDO RONDON, com sede na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1976.

(a) WERNER WANDERER

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais de Amigos dos Excepcionais de Marechal Cândido Rondon, com sede na cidade do mesmo nome, já declarada de utilidade pública por aquele município através da Lei número 1158 de 8 de dezembro de 1975, que vem prestando grandes serviços às crianças excepcionais daquele município e região, através de escola especializada, com professores treinados para o ajustamento em geral de indivíduos excepcionais e estimular estudos e pesquisas relativos ao problema. Em síntese, a cópia dos Estatutos em anexo ao presente Processo, especificam melhor suas finalidades, demonstrando condições legais para que possa ser reconhecida de utilidade pública, assim sendo submetemos o presente à apreciação dos Srs. Deputados e temos certeza que merecerá integral apoio e aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O meu propósito ao assumir esta tribuna, não seria o qual me move a vir a ela hoje. Entretanto, como se trata de assunto de real importância e de relevância de ordem jurídica até, eu tomo a liberdade de modificar o pensamento a respeito da forma pela qual eu deveria, e devo voltar a esta tribuna para fazer considerações a respeito do pleito que se findou no dia 15.

Mas, o objetivo desta minha vinda é que, durante as sessões em que foi apreciada a mensagem referente ao Estatuto do Magistério, apresentamos três emendas, fazendo reparos à nova redação do projeto, que não entraram em discussão por não terem sido apresentadas à douta Comissão de Constituição e Justiça.

Todavia, por se tratar de equívoco na redação dada ao substitutivo do projeto, este plenário, houve por bem, apresentar requerimento em que, o nobre Deputado Valter Pietrângelo no sentido de que as emendas aludidas fossem apresentadas quando da redação final do Estatuto em causa, quando entrasse na Ordem do Dia.

Por esta razão, solicitamos a atenção da Mesa diretora dos trabalhos, no sentido de que sejam apreciados, pelo Plenário, os reparos a que me referi, que constam em Expedientes que se encontram, acredito eu, entranhados no procedimento, ou no projeto referente ao Estatuto do Magistério.

Estes esclarecimentos se referem à nova redação que se pretende dar relativamente ao parágrafo primeiro do artigo 13, parágrafo primeiro do artigo 29 e parágrafo primeiro do artigo 32.

Queremos lembrar também à Mesa, que recebemos um avulso do Diário da Assembléia, de segunda-feira, dia 8 do corrente, em que consta a redação final proposta pelo Projeto 186/76, no qual permanecem os equívocos apresentados, e que não foram extirpados, que não foram modificados, para ser apreciada a votação de redação final.

E poderão ser causa de sérios prejuízos tanto na interpretação como na aplicação do próprio Estatuto do Magistério.

Eu faço esta análise, solicito e, até, interpele, no bom sentido no melhor sentido, no sentido de colaboração à Mesa, que, no momento adequado verifique se há sobre o projeto, aquelas emendas às quais me refiro, desta tribuna.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) A Mesa comunica ao nobre orador, que foram distribuídos avulsos da redação final a todos os Srs. Deputados.

Acho que não compreendi bem a solicitação do nobre Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — É que, Sr. Presidente, na redação que consta do avulso, as proposições feitas para a redação final não constam desses avulsos, para serem apreciadas em redação final. De forma que, a minha lembrança, Sr. Presidente, é somente quanto à forma de redigir o parágrafo primeiro dos artigos 13, 29 e 32 — apenas quanto à redação final.

Porisso levantei esta questão, Sr. Presidente. Somente isto. Tenho em mãos o avulso, e não consta, aqui, a redação daquelas emendas. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Demorei-me alguns dias, após as eleições de 15 de novembro para vir a esta tribuna, porquanto se fazia necessário o passar de algum tempo, eis que durante a campanha tivemos muito cuidado nos comícios que fizemos, no nosso contato com o povo, na região que temos a honra de representar, os municípios do Vale do Ivaí e outros, através dos quais fomos convidados a participar das eleições. Sempre tivemos o cuidado de não ofender a qualquer um de nossos companheiros Deputados desta Casa, ou da Câmara Federal, o que não aconteceu, em contrapartida, com Deputados da Oposição.

A nossa preocupação ao vir a esta tribuna, ao fazer este pronunciamento, é a de que não fosse generalizado, às vezes, atingindo, quando se fala em oposição, atingindo a amigos nossos, quer da Arena, quer do MDB e que não têm culpa nenhuma pelo que aconteceu.

Nos nossos comícios, sempre dizíamos e pedíamos aos companheiros nossos nos municípios, que assistissem os nossos comícios mas, que também assistissem os comícios da Oposição para ver o que era trazido de concreto, o que se fazia em favor do povo; as realizações. Jamais mencionamos o nome de qualquer um dos Srs. Deputados, porque cada Deputado tem uma missão, uma meta de trabalho, um sistema de campanha e sei que, encerrando uma campanha política, para cá retornamos com a missão de trabalhar em favor do Paraná, em favor de nosso povo e, não vejo porque perdurarem os desentendimentos muitas vezes havidos em campanha; mas, não fomos poupados em nossa região, principalmente nos municípios que temos, modéstia à parte, uma certa liderança. Houve Deputados que nos criticaram, às vezes, com mesquinhez me atingindo pessoalmente; mas, nós estamos com a nossa consciência tranquila de estar representando na região os nossos municípios e sempre procurando corresponder à confiança daquele povo. Outros, tentando desvirtuar os eleitores, alegavam de que eu disse nesta Casa que os eleitores de certos municípios eram eleitores de cabresto porque sabem que há um município onde em uma urna conseguiu 196 votos, o que não era uma realidade mas não levamos a mal todas essas críticas, porque não eram ataques pessoais a mim.

Não podemos ficar quietos diante do ataque que recebemos de um Deputado Federal que esteve na nossa região criticando pessoalmente, talvez, levado por companheiros políticos naquele município.

Nós, sempre, nos comícios que participamos, dizíamos que era nosso costume, mensalmente, visitar os municípios da nossa região, e, sempre quando lá comparecemos levamos alguma coisa em favor do povo, sempre atendendo os prefeitos na sua administração. Ao passo que, a Oposição tinha como missão

fazer o ataque porque nada levava ao município. Não quer dizer com isso, que foi ataque a qualquer um dos Srs. Deputados. Nós estamos satisfeitos com o resultado, representando diretamente como o Deputado mais votado na região do Vale do Ivaí, 8 municípios. Participamos nessa eleição, em campanha, em 12 municípios daquela região e mais 6 municípios fora da região do Vale do Ivaí. Conseguimos na região, na nossa região, vencer a eleição em 10 municípios mais 6 fora da região.

Houve assim um progresso. Perdemos em um município que é o Município de Kaloré, que, digo, por 13 votos. Isto nós debitamos ao excesso de confiança de companheiros nossos que consideravam a eleição ganha e depois vem o resultado com uma diferença de 13 votos. Bom Sucesso tivemos a oportunidade de disputar com 2 candidatos da Arena e 2 da Oposição. Vencemos o primeiro e segundo lugar, com candidatos da ARENA. São Pedro do Ivaí, também, com dois da Arena e dois do MDB, vencemos o primeiro lugar da Arena e o segundo candidato também da Arena. Marumbi, um a um, fizemos a votação três vezes mais que o candidato da Oposição. Jandaia do Sul, também colocamos dois da Arena nos primeiros lugares e, em terceiro, o da Oposição. Em Cambira, disputamos com 2 candidatos da Arena sem o candidato da Oposição; também venceu o nosso candidato. São João do Ivaí, onde disputamos com 3 candidatos da Arena contra três da Oposição, vencemos.

Vai aí, Srs. Deputados, a nossa experiência e nossa crítica contra a sub-legenda que é um verdadeiro desastre, tanto para a Arena como para o MDB.

Tivemos oportunidade, naquele município, e que em cada vez que eu lá estava presente, os três companheiros meus também lá estavam na campanha, no mesmo palanque. Quando eu de lá saía, os três estavam separados, cada um fazendo a sua campanha. E, graças a esse desentendimento que havia entre estes três candidatos quando eu lá não estava, foi que nós conseguimos vencer as eleições. Em Kaloré, foi pacífico os três candidatos nossos. Os três, junto comigo, fazendo a propaganda até mesmo no cartaz. Perdemos a eleição para um moço que nunca tinha feito política, porque os três faziam campanha juntos. É um desastre as sub-legendas. É preciso que haja a divisão das áreas; quem é contra e quem é a favor.

Temos nós, Deputados, tanto de um lado como de outro, a dificuldade de participar de uma campanha nesse sentido, quando dois companheiros nossos, numa campanha, e às vezes a gente pensa em tomar uma posição, mas tem também companheiros na outra ala. Nós precisamos lutar para que seja extinto, de uma vez por todas a sub-legenda. Que se criem mais partidos, se for o caso, mas que extinga, de uma vez por todas, a sub-legenda que tem sido um verdadeiro desastre.

Neste município de São João do Ivaí, onde fui o Deputado mais votado, onde conseguimos vencer as eleições, temos dificuldades e para lá tenho que voltar ainda nesta semana, para procurar entendimento com os dois candidatos da sub-legenda que não conseguiram sua vitória, porque fica uma certa divisão em prejuízo do município, dificuldade até na sua administração.

Em Rio Bom, tivemos também a participação com o nosso candidato da Arena, onde vencemos. Quinta do Sol, a mesma coisa. Barbosa Ferraz, Apucarana.

Apucarana, município polo da região do Vale do Ivaí, onde todos consideravam que a Arena não teria êxito nesta campanha.

Nós víamos a imponente do Sr. Prefeito, em que se dizia o verdadeiro líder naquele Município. E nós, procurando encontrar uma maneira em que a Arena pudesse caminhar junto, e, disso tivemos um grande apoio e a participação de nosso Presidente, Dr. Afonso Alves de Camargo, que dialogando com nossos companheiros, tivemos que optar por um moço que ainda não tinha participado na vida política daquele município. Mas o povo de Apucarana soube entender, quando via a briga do Pre-

feito com o candidato da Oposição, em que eram desentendimentos e ataques na campanha de toda e nos palanques.

Saímos nós com um moço humilde e que só pensava na classificação e no desenvolvimento de Apucarana.

Chegamos à vitória com esse candidato, em 15 de novembro, o povo soube compreender.

O povo quer o progresso, o povo quer o desenvolvimento, o povo quer a paz, o povo quer harmonia.

E assim Apucarana pensou e assim Apucarana escolheu o seu melhor candidato.

Devemos também a nossa vitória na região do Vale do Ivaí à grande participação do Governador, mas não a participação como muitos às vezes querem dizer, da máquina administrativa, o que não houve.

O que houve foi um trabalho em favor do povo; o que houve foi um dinamismo desse Governo executando obras em todos os setores.

No setor de estradas tivemos oportunidade de inaugurar a estrada tão esperada pela região, que é a Mauá-Ivaiporã.

Com a inauguração também de uma linha de ônibus direto a Curitiba, que veio atender diretamente a Região do Vale do Ivaí.

Está iniciada a estrada Placa-Luar, São João do Ivaí, Fênix, Quinta do Sol, Engenheiro Beltrão, Terra Boa e Cianorte.

São Domingos já foi contratado e iniciado o projeto. São Domingos - Borrazópolis - Kalorá - Marumbi e São José, no município de Jandaia do Sul.

Iniciado também o trecho de estrada Bom Sucesso - São Pedro do Ivaí, ligando a ponte quase concluída sobre o rio Ivaí, com quase 300 metros de construção que deverá ser inaugurada no início de janeiro.

No setor de ensino todos os nossos municípios receberam obras como salas de aulas, unidades escolares completas, algumas já concluídas e outras em fase de conclusão.

E é neste trabalho conjunto que iremos continuar a nossa luta na região do Vale do Ivaí, junto com os Prefeitos eleitos, procurando a pacificação com aquelas outras correntes que não tiveram êxito nas eleições de 15 de novembro para que a nossa região continue progredindo, dando sua contribuição ao desenvolvimento do Paraná e do Brasil, como uma região que muito tem contribuído para o desenvolvimento do Paraná e que haverá de contribuir para este grande Governo de Jayme Canet Júnior, Governo que vem administrando voltado para o interior, pensando no progresso do Estado e dando sua contribuição ao grande Governo do Presidente Geisel, que deixou de ser o Presidente de honra de nosso Partido, para dar sua participação direta, como homem público, na vida política de nosso País.

E é nesta linha de trabalho que haveremos de continuar.

Sabemos que muitas vezes, depois de uma campanha como esta, há muitas justificativas.

Nós, por exemplo, perdemos em dois municípios e ganhamos em outros.

Mas a justificativa é o trabalho e este trabalho houve do Governo, este trabalho houve da equipe, houve este trabalho dos Srs. Deputados.

Acho que podemos afirmar que partimos de uma eleição em 72 para Prefeito, onde a ARENA conseguiu uma grande vitória.

Em 1.974, a Oposição, como pequeno Partido, cresceu e se igualou à ARENA.

Então temos que comparar a eleição de 76, em que dois partidos em igualdade disputaram e o resultado está aí, daquele que soube levar a sua mensagem ao povo.

Saímos desta campanha prontos a continuar a luta em favor do povo do Paraná, dando a contribuição a este grande Governo do Presidente Geisel. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra

ao Sr. Deputado Otássio Pereira, segundo orador inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Regresso de Londrina trazendo ainda no coração e na alma as mais gratas recordações da memorável campanha cívico-eleitoral que Londrina viveu a 15 de novembro.

Disputando o alto cargo de Prefeito daquela cidade, o jovem Deputado Federal Antônio Belinati conseguiu consagrador sucesso que o projeta em dimensões incomparáveis no cenário da vida pública brasileira."

Tendo na Vice nosso companheiro, Vice-Presidente desta Casa, Deputado Del Ciel, contando também com o apoio de nosso líder, companheiro de todas as horas, Osvaldo Macedo.

"Mas, Sr. Presidente, para copleendermos isso em sua profundidade, basta alongarmos os olhos para o passado - o passado não muito recuado - e acompanharmos passo a passo a empolgante atividade política desse moço predestinado, político nato, figura verdadeiramente carismática.

Há poucos anos atrás, quando militávamos na Rádio Londrina, surgiu-nos um moço tímido, olhar penetrante, que queria uma "ponta" somente para atender uma vocação que sentia dentro de si.

Não necessitávamos de ninguém, mas a firmeza, a obstinação do jovem candidato a locutor feriu-nos a sensibilidade e lhe demos a oportunidade.

Voz por vezes esganiçada, o menino Belinati começou a engatinhar na Rádio londrinense pelas nossas mãos.

Fazia pequenos comerciais e defendia de vez em quando algum dinheiro para enfrentar problemas mínimos de um rapaz de sua posição social.

Pouco a pouco, contudo, brotava com incompatível vigor o radialista que passou a ter seu programa próprio — "A Voz do Povo", pela Rádio Londrina - programa esse que, logo, pela coragem e arrojo de Belinati, que tinha o destemor de apontar erros e defender obstinadamente os interesses dos mais humildes e fracos, monopolizava a audiência no horário que lhe era destinado.

Praticamente, absorveu toda a audiência das 9 estações londrinenses, e para todos os rincões do Estado, até onde iam as ondas da pioneira.

Assim como parte do Sul de São Paulo e Mato Grosso, também recebiam a Rádio Londrina, vinham cartas de estímulo e encorajamento ao moço que se atirava desabridamente e com assombro contra os erros de quantos, magnatas e autoridades, buscassem servir o povo, trair os "munus" de seus mandatos, frandando de qualquer modo ou maneira, responsabilidades assumidas.

Com seu progresso, e com sua eleição posterior para vereador de Londrina, o jovem radialista enveredava agora para o santuário largo da política, onde tantos valores, por não saberem superar com habilidade e astúcia, as correntes negativas que podem lhe entrar a marcha, não neutralizadas.

Com argúcia e perspicácia, porém, Antônio Belinati foi crescendo e seus compromissos e responsabilidades aumentavam em proporções que se alargava sua participação na vida política do Paraná.

Elegeu-se Deputado Estadual.

E na eleição de 1974, é chamado a disputar, pelo MDB, uma cadeira na Câmara Federal.

Enfrenta áspera jornada e consegue estrondosa votação - 150.000 votos, a quarta votação do Brasil...

Era a consagração que vinha engrandecer a vida do moço que, poucos anos ainda, engatinhava na radiofonia londrinense e defendia alguns trocados para necessidades elementares.

Mas o carisma do moço, não lhe abandonaria.

Vieram as eleições de 1976.

Belinati é convocado a disputar a Prefeitura de nossa cidade.

Aceita o encargo e os riscos de pesada campanha, que sabia ser difícil pois iria ter pela frente adversários que iriam fazer da jornada uma disputa renhida, sem quartel.

Fortunas se gastaram nas eleições londrinenses. Não se sabe quanto, coisa de intimidar

Mas, tinha Belinati a seu favor a maioria do povo pobre, sofrido, humilde, das vilas, dos distritos, das águas e dos "grilos".

Era como se a população desassistida de todos os locais de dor e miséria buscam em consagrar o esforço e a obstinação de um jovem de 33 anos, filho de ferroviário, que a golpes de audácia e pertinácia chegara às culminâncias onde se encontrava.

E Belinati saiu para a disputa.

Em todo o município fez ouvir a sua palavra, transmitindo a sua plataforma de Governo, feita para o povo - feita por alguém que era desse mesmo povo e para ele teve sempre voltados os olhos, o coração, a sensibilidade.

Apurados os votos, uma explosão de alegria eclodiu por toda Londrina.

E o povo, em arrebatada e justificável emoção, carregou pelas ruas de nossa cidade o seu novo Prefeito.

Sozinho, por esse surpreendente resultado de ter mais votos que os candidatos do Governo, somados, atingiu nosso companheiro à suprema direção dos negócios administrativos de Londrina.

Seria desnecessário alongar aqui, detalhar agora, pois são fatos por demais conhecidos, o que foi a consagração popular ao moço que da radiofonia humilde da cidade que o acolheu como filho, vindo de lar pobre e modesto, galgou de pertinácia, coragem e dessassombro, a Prefeitura da terceira cidade do Sul brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não se pode, por indeclinável dever de consciência, deixar de exaltar o expressivo significado da vitória de Belinati, a sua carreira, a sua luta.

Porque em síntese, retratam elas, sem sombras de dúvidas em que pesem as restrições que se podem atribuir ao regime político em que vivemos, que nesse País abençoado por Deus e felicitado pela beleza das lutas eleitorais, ainda é possível a um jovem emergindo de uma classe pobre e humilde, pelo seu trabalho e esforço denodados, subir ao mais alto posto político da cidade pelo voto livre, que nele vêm retratado o desejo de todos, modestos e sofridos, esmagados de angústia e dificuldades, de ter um futuro melhor, uma vida mais feliz.

Libertos do peso asfixiante dos desníveis sócio-econômicos.

Belinati encarna a vitória dos pobres e desamparados que crêem no destino grandioso desta terra que nos serviu de berço

E que, mercê do Criador, é a Pátria maravilhosa, de futuro incomparável."

O Sr. Jurandir Messias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado Otássio Pereira, ouvi com atenção o seu pronunciamento, através do qual fez um retrospecto da vida política de Antônio Belinati.

Queremos participar desta sua alegria, porque, também, achamos que, evidentemente, Antônio Belinati, é uma das esperanças, porém não somente do MDB.

Belinati, como disse V. Exa., é um moço que nasceu do nada e, graças ao seu esforço, viu coroada de êxito a sua vida política.

É nosso desejo, Sr. Deputado Otássio Pereira, que V. Exa. seja nosso mensageiro para levar a Antônio Belinati os

nossos efusivos parabéns. Temos certeza, como paranaenses que somos, que o povo de Londrina, da Capital do Café, que faz parte integrante da vida econômica deste Estado, escolheu bem, escolheu um homem que irá fazer uma boa administração.

Desejamos daqui a Antônio Belinati, novo Prefeito de Londrina, toda a sorte possível e colocamos a nossa humilde cadeira à sua disposição e à disposição de Londrina.

Era o aparte que desejávamos dar a V. Exa.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Agradeço as palavras elogiosas de V. Exa. e pode ficar certo o nobre Deputado que iremos transmiti-las ao Prefeito eleito Antônio Belinati. Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Está encerrada a Hora do Expediente

Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente.

Necessita de apoio. — Apoiado.

Irà à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constantes do expediente.

Necessitam de apoio. — Apoiados.

Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 186/75, Mensagem número 148/75, instituindo o ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, para o ensino de 1.º e 1.º graus.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Sobre a mesa, existem três emendas, devidamente apoiadas, apresentadas à redação final do Projeto de Lei número 186/75, que serão lidas pelo Sr. 1.º Secretário.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lendo):

## "E M E N D A

Emenda a Redação Final do Projeto de Lei N.º 186/75.

Substitua-se o § 1.º, do artigo 13, pelo seguinte:

"§ 1.º — É estabelecido, para cada classe, um vencimento com aumentos periódicos consecutivos, de cinco por cento por quinquênio de efetivo exercício, como antecipação da gratificação adicional prevista no inciso I, do artigo 72."

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1976.

(aa) FIDELCINO TOLENTINO, ADALBERTO DAROS, DENI SCHWARTZ, VALTER PIETRÂNGELO, DOMÍCIO SCARAMELLA, ERNESTO DAL'OGGIO, HÉLIO MANFRINATO.

## JUSTIFICATIVA:

Por um lapso da douta Comissão de Constituição e Justiça, certamente causado pela redação original da Mensagem Governamental que previa a antecipação de quinquênios contida no seu artigo 73, constou, no Substitutivo Geral, essa antecipação, como se estivesse contida no artigo 53.

Todavia, ocorre que, com a nova redação dada ao projeto de lei, esse benefício passou a constar do inciso I, do artigo 72.

Considerando que essa matéria já foi abordada pelo deputado subscritor desta emenda, quando defendeu a permanência da concessão de quinquênios estabelecida pelos incisos I e II, da Constituição Estadual, com este último sofrendo representação de inconstitucionalidade, tivemos oportunidade de estudar mais atentamente seu inserimento neste Estatuto, daí percebemos esse pequeno equívoco".

#### EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 186/75

Substitua-se o § 1.º do artigo 32 pelo seguinte:

"§ 1.º — O avanço horizontal, feito pelo critério de antiguidade de referência, constitui-se na progressão quinquenal estabelecida no artigo 72 da presente lei".

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1976.

(aa) Fidelcino Tolentino, Adalberto Daros, Deni Schwartz  
Valter Pietrângelo, Domício Scaramella, Hélio Manfrinato  
e Ernesto DAÍ'Oglío

#### JUSTIFICATIVA:

Por um lapso da douta Comissão de Constituição e Justiça, certamente causado pela redação original da Mensagem Governamental, que previa a progressão quinquenal no seu artigo 73, esse número foi repartido no Substitutivo Geral.

Todavia, ocorre que, com a nova redação dada ao Projeto de Lei, esse benefício passou a constar do inciso I, do artigo 72.

Considerando que essa matéria já foi por nós abordada, quando defendemos a permanência da concessão de quinquênios estabelecida pelos incisos I e II da Constituição Estadual, com este último sofrendo representação de inconstitucionalidade, tivemos oportunidade de estudar mais atentamente seu inserimento neste Estatuto, daí percebermos esse pequeno equívoco.

Embora entendemos que essa correção possa ser procedida por ocasião da redação final, a apresentação deste emenda parece-nos oportuna, pois, se o Projeto voltar para a douta Comissão de Constituição e Justiça, estes pequenos reparos poderão ser previamente apreciados".

#### EMENDA DE REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI N.º 186/75

No Art. 54, acrescente-se, onde couber:

"... para todos os efeitos legais..."

Sala das Sessões em 23 de novembro de 1976

(a) ACCIOLY NETO

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em discussão a redação final do Projeto. Em votação a Emenda. Encerrada a discussão.

Em votação a emenda que manda substituir no parágrafo primeiro do artigo 32, onde diz Art. 73, lê-se artigo 72. Tendo a Mesa examinado o projeto e a redação final, concorda com os signatários deste requerimento, e aconselha o Plenário que o aprove. Em votação a emenda. — APROVADA.

Nas mesmas condições, a emenda também assinada pelo Deputado Fidelcino Tolentino, que substitui no parágrafo primeiro do art. 13, o termo artigo 73, por artigo 72. Também está correta a emenda e a Mesa a põe em votação. — APROVADA.

A terceira emenda do Deputado Fidelcino Tolentino, a Presidência devolve ao autor.

Emenda do Sr. Deputado Accioly Neto, que requer seja mantido no "caput" do artigo 54 o termo "para todos os efeitos legais" que inadvertidamente não fora publicado na redação final. Em votação. — APROVADA.

Em votação a Redação Final. — APROVADA.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 235/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça ex-Proposição 304/76, Mensagem 78/76 do Poder Executivo, que aprova Convênio

celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR, e o Município de FLORAI, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 236/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 314/76, Mensagem 88/76 do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR e o Município de LOANDA, objetivando obras de combate à erosão urbana, no referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 237/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 354/76, Mensagem 108/76 do Poder Executivo, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de IRATI, objetivando reparos nos prédios onde funcionam DIVERSAS UNIDADES ESCOLARES E 2.ª COMPANHIA POLICIAL DO 1.º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR, daquele Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 237/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 04 de julho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de IRATI, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Francisco Vieira de Araújo, Grupo Escolar Papa João XIII, Grupo Escolar Duque de Caxias, Grupo Escolar Francisco Stroparo, Grupo Escolar Padre Venceslau e Prédio da 2.ª Cia. Policial do 1.º Batalhão da Polícia Militar, na sede daquele Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO 354/76

A presente Proposição 354/76 oriunda da Mensagem Governamental 108/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de IRATI, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente;  
Dácio Leonel, Relator

**1.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução 238/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 367/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de IBIPORÁ, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GINÁSIO ESTADUAL OLAVO BILAC, daquele município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 238/76**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**R E S O L V E:**

**Art. 1.º** — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 20 de julho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de IBIPORÁ, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Olavo Bilac, na sede do referido Município.

**Art. 2.º** — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER À PROPOSIÇÃO 367/76**

A presente Proposição 367/76, oriunda da Mensagem Governamental 108/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa, ao Termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração com o Município de IBIPORÁ, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela vossa aprovação na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator

**O SR. PRESIDENTE** — (Paulo Camargo) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Rosa Pinto. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lindolfo José da Silva, Presidente do MDB, do Município de Itambé. — APROVADO

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos recém-eleitos Srs. Prefeitos Municipais de Paranaguá, Guaratuba, Antonina, Matinhos, Morretes e Guaraqueçaba, no sentido de que, através de um seminário, estudem a possibilidade de maior preservação natural e arquitetônica da Baixada Paranaense.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**2.ª DISCUSSÃO** — dos Projetos de Resolução 237/76 e 238/76.

**1.ª DISCUSSÃO** — dos Projetos de Resolução 240/76 e 241/76.

Levanta-se a Sessão.

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**8.ª LEGISLATURA — 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**ATA DA 33.ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado BASÍLIO ZANUSSO. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado Lineu Turra apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI 107/75 — de autoria do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de Lei, autorizando a estabelecer por Decreto, o percentual das Taxas de Segurança e de Saúde Pública, que constituem receitas dos Fundos de Equipamentos que especifica. PROJETO DE LEI 179/75 — de autoria do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de lei que visa transferir à Cia. de Telecomunicações do Pr. — TELEPAR, uma área de terras com 27.713,00 m2, de propriedade do Estado, situada no Bairro do Atuba, Município de Curitiba. PROJETO DE LEI 84/76 — de autoria do Deputado Quielse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Bocaiúva do Sul, os bens de propriedade do Estado, que compõem a Usina Hidrelétrica de Tunas, entregues à responsabilidade daquele Mun., pela Administração de Recursos Hídricos. PROJETO DE LEI 11/76 — de autoria do Dep. Dácio Leonel de Quadros, que autoriza o Poder Executivo — digo a Sociedade Rural do Paraná, a doar terras ao Sindicato Rural de Londrina, com sede no referido Mun. PROJETO DE LEI 102/76 — de autoria do Dep. Adalberto Daros, que declara de utilidade pública a MONTEPREVI - Sociedade Previdenciária, com sede e foro nesta Capital. PROJETO DE LEI 110/76 — de autoria do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva fixar o soldo do posto de Coronel da Polícia Militar do Estado e os vencimentos dos cargos de Delegado de Polícia de Primeira Classe, e substitui a Tabela de Escalonamento vertical prevista no art. 118 da Lei 6417, de 3/7/76. PROJETO DE LEI 111/76 — de autoria do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, destinado a despesa com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA. PROJETO DE LEI 113/76 — de autoria do Dep. Luiz Alberto de Oliveira, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA SÃO SEBASTIÃO, com sede na cidade de Clevelândia. PROJETO DE LEI 116/76, de autoria da CCJ, que cria no Mun. de Cascavel o Distrito Administrativo de Lindoeste. PROJETO DE RESOLUÇÃO 153/76, de autoria da CCJ, ex-Proposição 312/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Gov. do Estado e o Mun. de Campo Mourão, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido Mun. PROJETO DE RESOLUÇÃO 181/76, de autoria da CCJ, ex-Proposição 291/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Gov. do Estado e o Mun. de Ribeirão do Pinhal, objetivando a execução de reparos em próprio estadual daquela comuna. PROJETO DE RESOLUÇÃO 187/76, de autoria da CCJ, ex-Proposição 315/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Gov. do Estado e o Mun. de Califórnia, objetivando a execução de reparos em próprio estadual, naquela comuna. PROJETO DE RESOLUÇÃO 191/76 — de autoria da CCJ, ex-Proposição 324/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Gov. do Estado e o Mun. de Nova Cantu, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, naquele Mun. PROJETO DE RESOLUÇÃO 200/76, de autoria da CCJ, ex-Proposição 242/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Gov. do Estado e o Mun. de Piraf do Sul, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Leandro Manoel da Costa, do referido Mun. PROJETO

DE RESOLUÇÃO 201/76, de autoria da C.C.J., ex-Proposição 250/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Gov. do Estado e o Mun. de Sengés, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam diversas unidades escolares, naquela comuna. PROJETO DE RESOLUÇÃO 202/76, de autoria da CCJ, ex-Proposição 260/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Gov. do Estado e o Mun. de Barbosa Ferraz, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversas unidades escolares, naquela comuna. PROJETO DE RESOLUÇÃO 203/76, de autoria da CCJ, ex-Proposição 274/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Gov. do Estado e o Mun. de Leopólis, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam unidades escolares, daquela comuna. PROJETO DE RESOLUÇÃO 204/76, de autoria da CCJ, ex-Proposição 278/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Gov. do Estado e o Mun. de Medianeira, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam unidades escolares, naquela comuna. PROJETO DE RESOLUÇÃO 205/76, de autoria da CCJ, ex-Proposição 287/76, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Gov. do Estado e o Mun. de Porecatu, objetivando a execução de reparos onde funciona o Núcleo Social, do referido Mun. PROJETO DE RESOLUÇÃO 206/76, de autoria da CCJ, ex-Proposição 285/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Gov. do Estado e o Mun. de Sapopema, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino, naquele Mun. PROJETO DE RESOLUÇÃO 207/76, de autoria da CCJ, ex-Proposição 313/76, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Gov. do Estado e o Mun. de Cruzeiro do Oeste, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Mun. PROJETO DE RESOLUÇÃO 208/76, de autoria da CCJ, ex-Proposição 328/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Gov. do Estado e o Mun. de Santa Fé, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a Unidade Sanitária, no referido Mun. PROJETO DE RESOLUÇÃO 209/76, de autoria da CCJ, ex-Proposição 337/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Gov. do Estado e o Mun. de Umuarama, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, no referido Mun. PROJETO DE RESOLUÇÃO 210/76, de autoria da CCJ, ex-Proposição 540/76, que aprova a retificação ao Convênio celebrado entre o Gov. do Estado e o Mun. de Icaraíma, objetivando

a execução de obras de combate à erosão urbana, no referido Mun. PROJETO DE RESOLUÇÃO 211/76, de autoria da CCJ, ex-Proposição 171/76, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Gov. do Estado e o Mun. de Guaraniaçu, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, no referido Mun. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e por Lélío Guimarães Sotó Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI — Presidente  
Lélío Guimarães Sotó Maior - Secretário

**CPI PARA INVESTIGAR AS DESPESAS EFETUADAS  
PELO GOVERNO DO ESTADO, ADMINISTRAÇÃO  
DIRETA E INDIRETA, COM DIVULGAÇÃO E  
PUBLICIDADE.**

As dezesseis horas e dez minutos do dia 21 de outubro de um mil novecentos e setenta e seis, sob a Presidência do Dep. Dácio Leonel de Quadros, e presentes os Srs. Deputados Werner Wanderer, Ivo Thomazoni, Deni Lineu Schwartz e Waldenício Barbalho, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar as despesas efetuadas pelo Governo do Estado, administração direta e indireta, com divulgação e publicidade. A Ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. Deputado Deni Lineu Schwartz, que discorda do relatório apresentado pelo Deputado Ivo Thomazoni e diz que apresentará dentro de 24 (vinte e quatro) horas um voto em separado. A seguir foi aprovado, por maioria de votos, o Parecer do Relator, com os votos contrários dos Deputados Lineu Schwartz, e Waldenício Barbalho, pelas razões expostas em separado. O Sr. Presidente agradeceu a colaboração dos Srs. Deputados durante os trabalhos da CPI, bem como dos funcionários e após dar por concluídos os trabalhos da Comissão, suspendeu a reunião para que fosse confeccionada a presente Ata. Reabertos os trabalhos a Ata foi aprovada e encerrada a reunião, por mim, Francisco Dranka, secretário, lavrada e vai por mim assinada, pelo Sr. Presidente e demais membros presentes da Comissão.

(a) DÁCIO LEONEL DE QUADROS — Presidente  
Francisco Dranka — Secretário